

Hael
Joa



**Sindicato
Nacional
do Ensino
Superior**

Relatório e Contas

2020

A handwritten signature is written over a rectangular stamp. The stamp contains the number "114098603" at the top and "14420" at the bottom, surrounded by small yellow stars.

Este documento tem como objetivo providenciar informação contabilística e financeira considerada mais relevante pela Direção do Sindicato Nacional do Ensino Superior (associação sindical de docentes e investigadores) relativamente à atividade desenvolvida no período compreendido entre 1 de janeiro de 2020 e 31 de dezembro de 2020.

ÍNDICE

PREÂMBULO	1
1.1. RELATÓRIO DE ATIVIDADES DA DIREÇÃO DO SNESup RELATIVO AO ANO DE 2020	3
I – NA GENERALIDADE	3
II – NA ESPECIALIDADE	4
A) RELAÇÕES INSTITUCIONAIS, COMUNICAÇÃO E IMAGEM	5
B) POLÍTICA REIVINDICATIVA E APOIO JURÍDICO	6
C) POLÍTICA EDUCATIVA, ORGANIZAÇÃO DO ENSINO E PEDAGOGIA	11
D) POLÍTICA CIENTÍFICA E APOIO AOS INVESTIGADORES	12
E) ORGANIZAÇÃO SINDICAL	12
III – CONTAS E PESSOAL	12
A) ANÁLISE ÀS CONTAS RELATIVAS AO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	12
B) FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO	14
C) AUTORIZAÇÕES CONCEDIDAS A NEGÓCIOS ENTRE O SINDICATO E A DIREÇÃO	14
D) SITUAÇÃO PERANTE O ESTADO E A SEGURANÇA SOCIAL	14
E) PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS	14
F) PESSOAL	15

PREÂMBULO

O Sindicato Nacional do Ensino Superior (associação sindical de docentes e investigadores), abreviadamente designado por SNESup, foi fundado em 1989 e é uma associação sindical não filiada nas federações de Professores, frentes da Função Pública e confederações sindicais, sendo a maior organização sindical do Ensino Superior. O SNESup defende, em particular, os interesses socioprofissionais dos docentes do Ensino Superior e dos investigadores independentemente da natureza do seu vínculo, da sua categoria profissional e do seu regime de prestação de serviço. Com mais de 30 anos de história, a Direção do SNESup tem vindo a manter a sua matriz pautando a sua atuação por valores e princípios que visam defender a qualidade do Ensino Superior e Ciência e a dignificação das profissões de docente do Ensino Superior e de investigador enquanto atividades profissionais de elevada qualificação, exigência e responsabilidade.

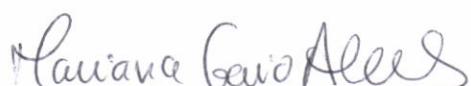
Nos termos dos Estatutos e da legislação vigente, vem a Direção do SNESup com o presente documento relatar a forma como decorreu o exercício do ano de 2020. Para o efeito foi elaborado o presente documento, que submetemos à apreciação dos Conselheiros Nacionais e Associados do SNESup, e que inclui:

- 1) o Relatório De Atividades da Direção, aprovado por esta na sua reunião plenária do passado dia 24 de abril de 2021;
- 2) as Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020, documento produzido pelo Técnico Oficial de Contas que trabalha com o SNESup.

Considerando que a atual Direção do SNESup iniciou funções em 19 de dezembro de 2020, o presente documento foi preparado com base em informação disponibilizada também pela anterior Direção relativa ao ano de 2020.

Lisboa, em 26 de abril de 2021

A DIREÇÃO



Mariana Gaio Alves

Presidente da Direção



Teresa Nascimento

Tesoureira

RELATÓRIO DE ATIVIDADES DA DIREÇÃO

1.1. RELATÓRIO DE ATIVIDADES DA DIREÇÃO DO SNESup RELATIVO AO ANO DE 2020

I – NA GENERALIDADE

Em 2020 a atividade do SNESup concentrou-se na valorização e dignificação dos docentes e investigadores e do Ensino Superior e Ciência e numa ampliação da ação sindical, com forte preocupação devido à situação criada pela pandemia do vírus SARS-COVID-19.

A ação do SNESup procurou defender as condições necessárias para o funcionamento do Ensino Superior e Ciência, com preocupação pelas condições de saúde dos seus profissionais. Simultaneamente, houve atenção com a vertigem digitalizadora, que ameaçou transformar o ensino superior numa versão telemática de baixo custo, desenvolvendo-se ações que permitiram a adequação a um ensino remoto de emergência, aquando do confinamento geral na transição entre o 1º e o 2º trimestre do ano de 2020.

Por forma a proteger os docentes e os investigadores o SNESup iniciou uma greve em 12 de outubro de 2020, a qual permite a recusa de trabalho em casos em que não existiam condições sanitárias. Esta greve não tinha uma intenção de protesto generalizado, mas sim de defesa do valor fundamental de saúde, permitindo o direito à recusa de trabalhar em casos de manifesta falta de condições.

O SNESup demonstrou-se próximo daqueles que representa, sem deixar que a pandemia obliterasse as preocupações com a valorização profissional, nomeadamente através da aplicação justa dos processos de progressão, da procura de equiparação aos vencimentos dos magistrados, da regularização da precariedade de docentes e investigadores, da produção de um quadro regulamentar para a carreira do ensino superior privado, da promoção da igualdade de género, da articulação com diferentes atores institucionais, do reforço da sua capacidade de ação política e de uma maior presença nos meios de comunicação social, por forma a reforçar a sua imagem.

O SNESup manteve a sua capacidade de ação em termos de negociação de regulamentos e foi proativo em termos da produção legislativa, sem que a situação pandémica interferisse na sua capacidade de ação política sindical, incluindo a intervenção na fase de produção da Lei de Orçamento de Estado.

Mantivemos o aprofundamento da negociação política a nível nacional, quer com contactos e negociações diretas com o Governo, quer com os diversos partidos políticos

(sobretudo os que possuem representação parlamentar), quer no trabalho com outras organizações e movimentos sociais. Essa ação manteve e prossegue as características de um sindicalismo independente de qualquer filiação em centrais sindicais, que possui, como tal, interlocutores em todos os partidos com assento parlamentar, com particular ênfase naqueles que se encontram presentes na Comissão Parlamentar de Educação e Ciência.

O SNESup interveio procurando melhorar o funcionamento da FCT, Fundação para a Ciência e a Tecnologia, não só ao nível da execução orçamental, como da consecução dos diversos concursos, com especial relevo para a adequação aos constrangimentos produzidos pelo confinamento, bem como para os sérios problemas vividos em termos de contratação de doutorados.

O SNESup manteve também em negociação a sua proposta de contrato coletivo de trabalho com a Associação Portuguesa de Ensino Superior Privado, a qual tem vindo a ser mediada pela Direção Geral de Emprego e Relações de Trabalho, sem prejuízo da pressão para a produção do necessário diploma próprio produzido pelo Governo, conforme o previsto no RJIES. Estas negociações foram prejudicadas pela situação da crise pandémica, mas não foram abandonadas, sendo também criada pressão pública para a produção da regulamentação necessária.

Em termos gerais, ainda que com dificuldades várias dependentes do contexto pandémico, do confinamento e dos critérios editoriais, procurámos dar visibilidade às situações vividas no setor na opinião pública, com presença na comunicação social.

Os serviços do SNESup foram adaptados ao funcionamento em teletrabalho, para defesa da condição sanitária e em conformidade com a legislação em vigor, durante os períodos estritamente necessários. Neste campo cabe salientar a resiliência, proatividade e capacidade de adaptação dos nossos trabalhadores.

II – NA ESPECIALIDADE

Apresentamos em seguida um breve balanço área a área onde sintetizamos o que de mais relevante se destacou durante o ano de 2020. Na sequência de uma recomendação da Comissão de Fiscalização e Disciplina do SNESup relativa ao Relatório de Atividades e Contas de 2019, realizamos no presente documento uma análise mais detalhada das atividades na área de Apoio Jurídico.

A) RELAÇÕES INSTITUCIONAIS, COMUNICAÇÃO E IMAGEM

O SNESup manteve um elevado número de reuniões institucionais com diversos interlocutores, mas não houve qualquer reunião com membros do Governo, o que simplesmente anulou qualquer ação de negociação coletiva, incluindo no que respeita às questões suscitadas pela situação pandémica.

Desenvolvemos a negociação das nossas propostas em sede da Lei de Orçamento de Estado para 2021. Tal envolveu um contacto constante com os diversos grupos parlamentares e a audiência em sede da Comissão Parlamentar de Educação e Ciência.

Realizámos reuniões com quase todos os dirigentes das diversas Instituições de Ensino Superior públicas, por forma a trabalhar sobre a proteção sanitária e os constrangimentos produzidos pela situação pandémica. Apenas houve recusa em reunir da parte das reitorias das Universidades do Minho, Beira Interior e Évora, bem como do Presidente do Instituto Politécnico do Porto (que negou a possibilidade de reunião entre presidentes). Para além destas reuniões mantivemos a nossa ação de análise e negociação de regulamentos das diversas instituições de Ensino Superior e Ciência.

Em termos de Imagem e Comunicação, o SNESup beneficiou da contratação de uma especialista deste setor, com ampla experiência, que permitiu internalizar funções que tinham vindo a ser desempenhadas por fornecedores externos.

A comunicação com os docentes do Ensino Superior e investigadores desenvolveu-se por correio eletrónico, optando-se pelo envio de comunicados, que permitem uma comunicação mais direta, rápida e eficaz. Acresce que se inovou com a promoção de reuniões gerais de docentes e investigadores de forma telemática, bem como com webinars dedicados à adaptação para utilização destas ferramentas, nomeadamente em contexto de ensino remoto de emergência.

O site www.snesup.pt manteve o seu papel de transmitir o trabalho realizado pelo SNESup, disponibilizando, com relativa celeridade, as diversas iniciativas do Sindicato, sendo utilizado frequentemente como uma fonte de informação em diversas matérias. Continuámos ativos nas redes sociais sobretudo no [Facebook](#), mas também no [Twitter](#), sendo regular a partilha de notícias sobre Ensino Superior e Ciência, artigos de opinião e comunicados.

Foram editados 4 números da [Ensino Superior - Revista do SNESup](#), tendo-se optado pela publicação conjunta de alguns números.

B) POLÍTICA REIVINDICATIVA E APOIO JURÍDICO

O funcionamento do apoio jurídico foi assegurado por uma equipa que acumula a experiência e estabilidade de muitos anos, constituída por dois advogados na cidade de Coimbra, três na cidade de Lisboa e dois na cidade Porto, contando ainda com a colaboração de três funcionárias do SNESUP (Isabel Fonseca em Lisboa, Patrícia Lopes em Coimbra e Isabel Rodrigues no Porto), sendo coordenada pelo vice-presidente da Direção Romeu Videira em articulação com o colega José Moreira e com o apoio da colega Ana Filipa Conceição. Esta equipa mantém-se no atual mandato.

Os advogados, em regime de avença, prestam serviço no acompanhamento dos processos de audição sindical dos instrumentos regulamentares das instituições de ensino superior sobre os quais temos de nos pronunciar. Os advogados prestam serviço no apoio direto aos associados no quadro das condições do Apoio Jurídico, em duas modalidades: i) apoio jurídico “on-line” através do qual respondem às questões que os associados, via e-mail, colocaram ao Apoio Jurídico; ii) aconselhamento presencial através de consultas jurídicas individuais que ocorrem nas instalações de Lisboa, Coimbra e Porto.

Por questões de segurança subjacente à pandemia Covid-19 provocada pelo coronavírus SARS-CoV-2, no ano de 2020 estas consultas ocorreram, essencialmente, por videoconferência através da Plataforma “Colibri Zoom”. Para que as consultas jurídicas presenciais pudessem continuar a ser agendadas a partir das delegações de Lisboa, Coimbra e Porto, o SNESup teve que ampliar a sua conta na Plataforma “Colibri Zoom” e atualmente temos capacidade para três reuniões em simultâneo. No ano de 2020 foram realizadas 451 consultas jurídicas, apesar das constrições da pandemia, mantendo este serviço uma procura semelhante aos anos anteriores.

Relativamente ao apoio jurídico “on-line”, no ano de 2020 foram submetidos e respondidos pelo serviço 480 pedidos de informação, que originaram 615 respostas. O Apoio Jurídico “on-line” é um instrumento que tem vindo a ganhar importância no relacionamento do sindicato com os associados (Tabela 1), pois permite o esclarecimento das suas questões de um modo célere, sem recurso às consultas presenciais, dependentes da disponibilidade simultânea do associado e do advogado.

Tabela 1. Apoio Jurídico “On-line” e Consultas Presenciais				
	2017	2018	2019	2020
Respostas do apoio Jurídico “On-Line”	505	751	736	615
Consultas Jurídicas Presenciais	563	567	483	451

Outra dimensão do serviço de apoio jurídico é a representação em tribunal dos nossos associados, tanto em processos de defesa de interesses individuais como coletivos, tendo estes últimos vindo a diminuir por força das alterações legislativas. Os advogados do SNEsup são patronos de, pelo menos, 1059 processos em tribunal em resultado da acumulação ao longo dos anos. O número de 1059 processos resulta de um levantamento solicitado aos advogados para o período de 2003 a março de 2020.

Sublinhamos que alguns advogados ainda não conseguiram reunir a totalidade da informação, estando em falta principalmente dados referentes ao ano de 2019, bem como dados de processos que envolvem as instituições de ensino superior privado, em particular aqueles que foram resolvidos por mútuo acordo. Com exceção dos processos em que o sindicato é réu ou autor, os serviços do SNEsup estão sempre dependentes da informação veiculada pelos advogados, dado que os processos surgem como consequência de consultas presenciais de associado com advogado. Assim, continuaremos a desenvolver esforços para reunir e manter esta informação o mais atualizada possível.

A tabela 2 mostra a evolução dos processos patrocinados pelos advogados do SNEsup desde 2000 até março de 2020, discernindo, por ano, o número de processos abertos, findos, e o total acumulado (somatório dos abertos e findos ao longo dos anos). Os dados da tabela 2 mostram que o número de processos aumentou muito entre 2006 e 2008 e que os novos processos se têm mantido em número elevado, com tendência para um agravamento progressivo desde 2011. Estes dados sugerem que o Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior de 2007 (Lei n.º 62/2007), e a atualização dos Estatutos das Carreiras Docentes Universitária (ECDU) e Superior Politécnico (ECPDESP) de 2009 aumentaram o contencioso no Ensino Superior e a Ciência. Comparando a evolução do número de processos abertos, findos e o total acumulado, pode constatar-se a morosidade da justiça em Portugal. Por exemplo, em 2020 o SNEsup continua a ter processos ativos em tribunal que deram entrada em 2003.

Tabela 2. Processos jurídicos patrocinados pelo SNESup

Anos	Processos		
	Abertos	Findos	Acumulados
2000	0	3	3
2001	0	5	8
2002	0	4	12
2003	1	12	25
2004	3	15	43
2005	2	39	84
2006	15	62	161
2007	23	73	257
2008	28	75	360
2009	8	33	401
2010	5	15	421
2011	25	33	479
2012	33	69	581
2013	20	48	649
2014	28	33	710
2015	36	26	772
2016	37	31	840
2017	37	33	910
2018	57	21	988
2019	54	5	1047
2020*	12	0	1059
Total	424	635	

*Dados até março

A Figura 1, a seguir representada, mostra a distribuição geográfica dos processos em tribunal no território continental, diferenciados por concelhos, bem como os acumulados nas regiões autónomas dos Açores e da Madeira. Quando uma instituição do ensino superior tem estabelecimentos em mais de um concelho, os processos foram todos alocados ao concelho correspondente à sede da instituição. No continente, os processos estão distribuídos por 32 concelhos, sendo Lisboa (288), Porto (197) e Coimbra (79) os que apresentam maior número de processos. No geral, os dados estão alinhados com a dimensão do Ensino Superior e Ciência nos respetivos concelhos, mas algumas instituições, como por exemplo, a UTAD (Vila Real) apresentam um nível de contencioso aparentemente superior a uma putativa média nacional ponderada pelo número de associados.

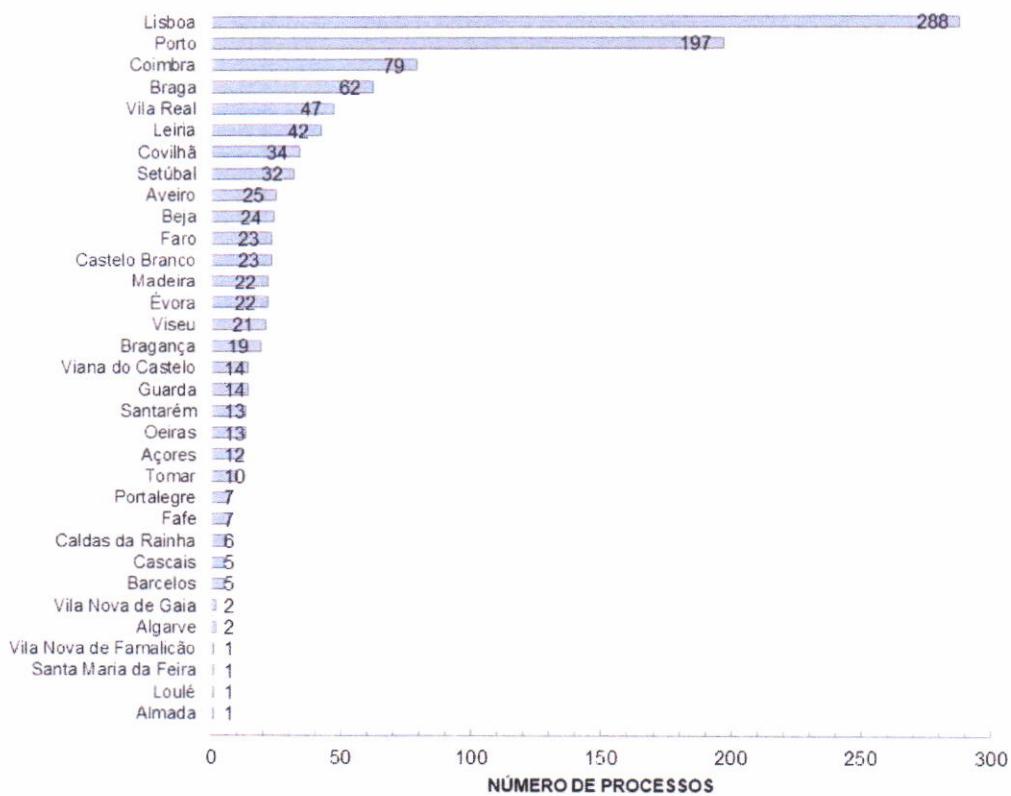


Figura 1. Distribuição geográfica dos processos em tribunal

Os processos foram também catalogados em seis categorias, nomeadamente: i) ações que envolvem docentes e as Instituições de Ensino Superior, discriminadas por subsistema (Universitário, Politécnico e Militar) ii) ações que envolvem investigadores e as respectivas instituições científicas (Investigação), iii) ações que envolvem o próprio Estado Português, incluindo a Segurança Social (Estado); iv) ações que envolvem o SNESup diferenciando se é reu ou autor.

Os dados obtidos são apresentados na tabela 3, indicando que a maioria dos processos envolve instituições do subsistema Universitário (50%) seguido do Politécnico (43%). Sublinhamos também os processos em que o SNESup é Autor (20), pois ilustra a ação do sindicato na defesa de interesses coletivos do Ensino Superior e Ciência. No ano de 2020 o SNESup entrou com duas novas ações em tribunal (não incluídas na tabela por terem data posteriores a março de 2020), uma ação para procurar que os ministros da Ciência e Ensino Superior e das Finanças apresentem um despacho conjunto indicando as verbas para as progressões remuneratórias de natureza discricionária, outra para obrigar o Governo a avaliar e rever o Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior.

Tabela 3. Processos em tribunal por tipo de ação

Categoría dos processos	TOTAL
Universitário	531
Politécnico	453
Militar	3
Investigação	12
Estado	28
SNESup Réu	12
SNESup Autor	20

Considerando a natureza jurídica das instituições (Público, Privado e Fundacional Privado), os processos têm a distribuição apresentada na tabela 4. O Ensino Superior Público, com 86% do número total de processos em tribunal, é o principal foco de contencioso. Note-se que as universidades em regime de fundação continuam a ser instituições públicas, pelo que estão incluídas na categoria “público”. Apesar de considerarmos interessante analisar o nível de contencioso nas instituições públicas em regime fundacional, em comparação com as restantes instituições públicas, optamos por apresentar, neste relatório de atividades, os dados num quadro evolutivo desde 2000, portanto antes de surgirem as universidades fundação. No entanto, continuamos a desenvolver esforços para completar a base de dados dos processos e melhorar a sua organização, para que seja possível em breve disponibilizar estes dados comparativos.

Tabela 4. Processos por regime jurídico das instituições

Regime	TOTAL
Público	916
Privado	82
Fundacional Privado	14

Considerando os assuntos (*i.e.* o objeto do contencioso) subjacentes aos processos em tribunal, foram identificadas 24 áreas de conflitos com a distribuição apresentada na Figura 2. Os concursos, o fim do vínculo com a instituição, os problemas dos associados na sua relação com a instituição e as progressões são as áreas de maior contencioso. De facto, os concursos e as progressões remuneratórias, resultantes dos processos de avaliação de desempenho, são também os assuntos que consomem maior tempo do apoio jurídico que os nossos advogados prestam através do serviço “On line”.

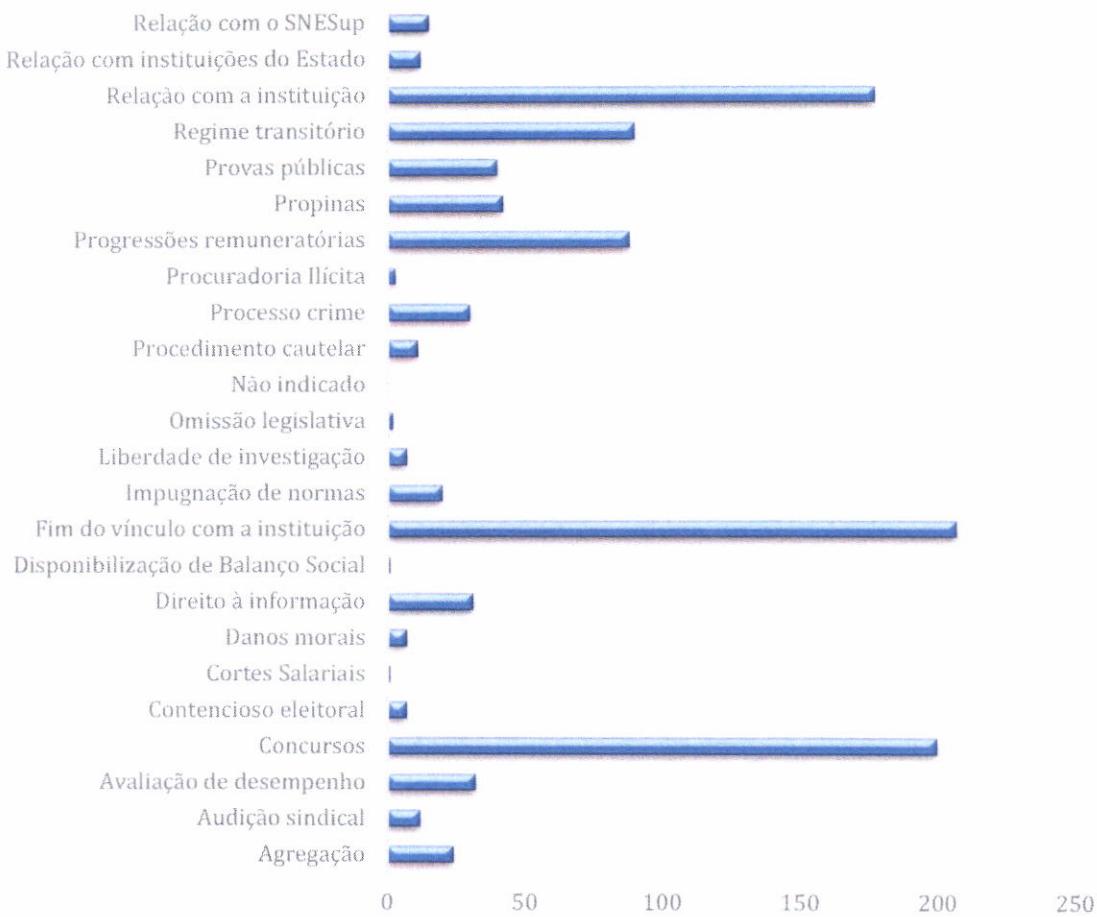


Figura 2. Número de processos por área de conflito catalogada.

C) POLÍTICA EDUCATIVA, ORGANIZAÇÃO DO ENSINO E PEDAGOGIA

Em 2020 mantivemos o acompanhamento da informação disponibilizada pela [Direção Geral do Ensino Superior](#), bem como de dados estatísticos da [Direção Geral de Estatísticas de Educação e Ciência](#), com o objetivo de caraterizar com maior detalhe os investigadores e docentes do ensino superior. Igualmente são monitorizados quer os dados disponíveis nos Balanços Sociais das instituições de ensino superior, quer os editais de Concursos para investigadores e docentes de ensino superior publicados em [Diário da República](#).

A monitorização e consideração destes dados tem permitido identificar, entre outros aspetos, a diversidade e prevalência de diferentes tipos de vínculos contratuais dos docentes e investigadores, o perfil pessoal destes profissionais, a evolução das oportunidades de progressão nas carreiras existentes nas instituições. Trata-se de informação que se tem revelado pertinente para equacionar e apoiar a intervenção sindical.

Em 2020, o SNESup acolheu uma aluna da Licenciatura em Sociologia do ISCTE-IUL para um estágio curricular com a duração total de 120 horas, o que possibilitou a recolha e sistematização de informação mais detalhada relativa a concursos para investigadores e docentes de ensino superior com base na análise dos editais desses concursos. Esta informação foi particularmente relevante para se retratar o número de vagas a concurso, por instituição, por categoria da carreira e por enquadramento jurídico dos processos concursais.

D) POLÍTICA CIENTÍFICA E APOIO AOS INVESTIGADORES

No que respeita à Ciência e aos Investigadores, o ano de 2020 foi marcado pelo prosseguimento do combate à precariedade estrutural do emprego científico em Portugal que limita o desenvolvimento do potencial de I&D. A atuação do SNESup continuou centrada no escrutínio público das políticas de ciência e de contratação de investigadores.

Considerando as implicações da pandemia e do confinamento, o SNESup empenhou-se na organização e divulgação de uma petição pública que exigiu o alargamento do prazo de submissão de candidaturas a projetos de IC&CT da Fundação para a Ciência e Tecnologia no primeiro semestre de 2020, tendo o sindicato sido recebido em audiência no Parlamento na sequência desta iniciativa. Esta iniciativa contribuiu para o efetivo alargamento deste prazo de candidaturas.

E) ORGANIZAÇÃO SINDICAL

O SNESup manteve em 2020 a tendência de aumento continuado do seu número de sindicalizados, tendo-se sindicalizado 115 docentes e investigadores e desvinculado 43 associados.

III – CONTAS E PESSOAL

Apresentamos em seguida um breve balanço relativo às contas e pessoal onde sintetizamos o que de mais relevante se destacou durante o ano de 2020.

A) ANÁLISE ÀS CONTAS RELATIVAS AO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

As contas do Sindicato Nacional do Ensino Superior, relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2020, apresentam um resultado líquido positivo de 87.896,23 euros que, quando comparado com o ano transato, corresponde a um aumento de 158,5%.

Em termos globais, os gastos de 2020 apresentam uma redução face ao período anterior de 5,8%, que em termos absolutos representa uma redução de 38.499,24 euros.

Analizando a Demonstração de Resultados por Natureza é possível verificar que a estrutura de gastos continua similar aos anos transatos, mantendo-se como principais rubricas Fornecimento e Serviços Externos e Gastos com Pessoal que durante o ano de 2020 representaram 97,9% do seu total.

De referir, no entanto, a evolução contrária destas duas sub-rubricas ao longo do ano de 2020, tendo a primeira, Fornecimentos e Serviços Externos, apresentado uma redução de 12,7% face ao ano de 2019 enquanto a rubrica Gastos com Pessoal apresentou um incremento de 13,2% em comparação com igual período.

No decorrer do ano em apreço, verifica-se uma tendência generalizada de redução de custos nos diferentes centros, com exceção do referente à Sede e Serviços, que apresentou um aumento de 7% face ao ano anterior. A justificar este aumento esteve, certamente, a atualização salarial dos funcionários ocorrida durante o ano de 2020 e a contratação da funcionária Ana Petronilho, o que contribuiu para um aumento total dos gastos com pessoal de 18%. Em sentido inverso, assistiu-se também a uma redução generalizada dos restantes tipos de custos deste centro.

Nos centros de custos referentes ao funcionamento dos Órgãos Nacionais podemos observar um decréscimo do gasto global de 27.663,29 euros, equivalente a 43% face a 2019. Nestes centros de custo, a redução de gastos na Direção, no Conselho Nacional e no Conselho Fiscal e Disciplina foi de 65%, 62% e 94%, respetivamente. A contribuir para esta redução esteve, seguramente, a situação pandémica e o seu impacto, desde Março de 2020. Em sentido contrário, existiu, no entanto, um aumento de gastos de 10.945,01 euros, face a 2019, referente à Assembleia Geral.

Relativamente aos centros de custos respeitantes à Informação e Promoção observa-se um aumento do gasto pertencente à Revista, tendo, no entanto, sido compensado pela maior redução do gasto alusivo aos Serviços de Apoio. Em suma, o centro de custos de Informação e Promoção, apesentou no seu global uma redução de 6.350,82 euros, o que representou uma percentagem de 23% face a igual período do ano passado.

Também nos centros de custos referentes ao Apoio aos Sócios, os gastos tiveram um decréscimo de 3% no seu global, apresentando uma redução de 8.775,38 euros face a 2019.

Do ponto de vista das receitas, assistiu-se a um aumento de 2,2% face a igual período de 2019, o que traduziu um incremento em absoluto de rendimentos no valor de 15.394,04 euros. A contribuir para esta evolução, esteve não só o aumento do valor proveniente dos serviços prestados pelo Sindicato, 0,9% face a 2019, mas também o

aumento dos juros recebidos, provenientes das aplicações a prazo constantes no Ativo do Sindicato Nacional do Ensino Superior durante o ano de 2020.

Em síntese, em termos financeiros:

	2016	2017	2018	2019	2020
Rendimentos	643 310,05 €	679 175,79 €	701 429,49 €	703 548,24 €	718 942,28 €
Gastos	692 202,78 €	666 956,39 €	666 074,75 €	669 545,29 €	631 046,05 €
Resultados	- 48 892,73 €	12 219,40 €	35 354,74 €	34 002,95 €	87 896,23 €

Como se pode verificar na tabela acima, no ano de 2020 o SNESup registou um claro aumento dos seus Resultados, mais 158% face a 2019, justificados pela redução significativa dos seus gastos e também através de um mais modesto aumento dos rendimentos.

O presente documento apresenta ainda em anexo, em particular no Capítulo 3 (Demonstrações Financeiras), os mapas que compõem as Demonstrações Financeiras do Período de 2020, assim como os seus comparativos com o período transacto, de forma a permitir uma leitura mais detalhada das Contas do SNESup relativas ao ano em apreço.

B) FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO

Não se registaram quaisquer factos subsequentes a 31 de dezembro de 2020 que, dada a sua relevância, devam ser objeto de referência a esta data.

C) AUTORIZAÇÕES CONCEDIDAS A NEGÓCIOS ENTRE O SINDICATO E A DIREÇÃO

Não se verificaram quaisquer negócios entre o SNESup e os seus membros da Direção.

D) SITUAÇÃO PERANTE O ESTADO E A SEGURANÇA SOCIAL

Cumpre declarar que, à data de 31 de dezembro de 2020, não se encontravam em mora quaisquer débitos do Sindicato ao Estado ou à Segurança Social.

E) PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

A Direção propõe que o resultado líquido positivo do exercício de 2020 no montante de 87.806,23 euros seja transferido para Resultados Transitados.

F) PESSOAL

Relativamente ao pessoal, o número de funcionários do SNESup aumentou com a entrada da funcionária Ana Petronilho em Janeiro de 2020 para apoiar as estratégias de comunicação do sindicato, contribuindo para a sua maior visibilidade no espaço público.



SINDICATO
NACIONAL
DO ENSINO
SUPERIOR

Demonstrações financeiras e
Anexo

2020

Indice

Demonstração de Resultados por Natureza em 31/12/2020.....	4
Balanço em 31/12/2020.....	5
Distribuição de gastos por centro de custo	6
Demonstração das alterações nos Fundos Patrimoniais	7
Anexo	8
1. Identificação da Entidade	8
2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	8
3. Principais políticas contabilísticas.....	9
3.1. Bases de Apresentação.....	9
3.1.1. Continuidade.....	9
3.1.2. Regime do Acréscimo (periodização económica)	9
3.1.3. Consistência da apresentação.....	9
3.1.4. Materialidade e Agregação	10
3.1.5. Compensação.....	10
3.1.6. Informação comparativa	10
3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração	10
3.2.1. Activos Fixos Tangíveis (NCRF 7).....	10
3.2.2. Activos Intangíveis (NCRD 6)	11
3.2.3. Activo Corrente	11
3.2.4. Fundos Patrimoniais	12
3.2.5. Provisões	12
3.2.6. Financiamentos Obtidos.....	13
3.2.7. Estado e Outros Entes Públicos	13
4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros	13
5. Activos fixos tangíveis	13
6. Activos intangíveis.....	14
7. Locações	15
8. Custos de empréstimos obtidos.....	15
9. Réido	15
10. Passivos contingentes, activos contingentes e imparidades	15
11. Subsídios do Governo e apoios do Governo.....	16

12.	Efeitos de alterações em taxas de câmbio	16
13.	Imposto sobre o rendimento	16
14.	Benefícios dos empregados.....	16
15.	Divulgações exigidas por outros diplomas legais	17
16.	Outras informações	17
16.1.	<i>Investimentos Financeiros</i>	17
16.2.	<i>Associados/Membros</i>	17
16.3.	<i>Clientes e Utentes</i>	18
16.4.	<i>Outras contas a receber</i>	18
16.5.	<i>Diferimentos</i>	18
16.6.	<i>Instrumentos Financeiros</i>	18
16.7.	<i>Caixa e Depósitos Bancários.....</i>	18
16.8.	<i>Fundos patrimoniais</i>	19
16.9.	<i>Fornecedores.....</i>	19
16.10.	<i>Estado e Outros Entes Públicos</i>	19
16.11.	<i>Outras Contas a Pagar.....</i>	20
16.12.	<i>Outros Passivos Financeiros</i>	20
16.13.	<i>Aumentos e redução por justo valor</i>	20
16.14.	<i>Fornecimentos e Serviços Externos</i>	20
16.15.	<i>Outros rendimentos e ganhos</i>	21
16.16.	<i>Outros Gastos e perdas</i>	21
16.17.	<i>Acontecimentos após a data de Balanço</i>	21

Demonstração de Resultados por Natureza em 31/12/2020

**Demonstração dos Resultados por Naturezas -
(modelo para ESNL) do periodo findo em 31-12-
2020
(montantes em euros)**

**SINDICATO NACIONAL DO ENSINO
SUPERIOR**

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2020	2019
Vendas e serviços prestados	9	705.589,67	699.530,97
Fornecimentos e serviços externos	16.14	(415.757,80)	(476.333,94)
Gastos com o pessoal	14	(201.835,96)	(178.312,48)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	10	52,05	2.060,02
Aumentos/reduções de justo valor			
Outros rendimentos e ganhos	16.15	13.300,56	1.957,25
Outros gastos e perdas	16.16	(1.156,22)	(2.602,59)
Resultado antes de depreciações,gastos de financiamento e impostos		100.192,30	46.299,23
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5 e 6	(12.296,07)	(12.296,28)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		87.896,23	34.002,95
Gasto líquido de financiamento	16.15	0,00	0,00
Resultado líquido do período		87.896,23	34.002,95



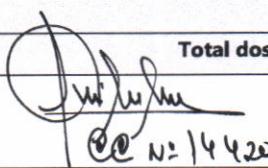
CC N° 14.420

Balanço em 31/12/2020

**Balanço - (modelo para ESNL) em
31-12-2020
(montantes em euros)**

**SINDICATO NACIONAL DO
ENSINO SUPERIOR**

RUBRICAS	NOTAS	DATAS		
		2020	2019	
ATIVO				
Ativo não corrente				
Ativos fixos tangíveis	5	715.748,03	728.044,10	
Ativos intangíveis	6			
Outros ativos financeiros	16.1	401,28	244,73	
		716.149,31	728.288,83	
Ativo corrente				
Adiantamentos a fornecedores	16.9			
Estado e outros entes públicos	16.10	3.296,69	0,63	
Fundadores / beneméritos / patrocinadores / doadores / associados / membros	16.2			
Outras contas a receber	16.4	5.658,35	5.652,41	
Diferimentos	16.5	26.309,70	2.973,97	
Outros ativos financeiros	16.6			
Caixa e depósitos bancários	16.7	1.072.478,03	1.003.716,21	
		1.107.742,77	1.012.343,22	
	Total do ativo	1.823.892,08	1.740.632,05	
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO				
Fundos patrimoniais				
Reservas	16.8	1.520.160,92	1.486.157,97	
Resultados transitados	16.8	156,75	156,75	
Excedentes de revalorização	16.8	162.434,51	162.434,51	
Resultado líquido do período	16.8	87.896,23	34.002,95	
	Total do fundo patrimonial	1.770.648,41	1.682.752,18	
Passivo				
Passivo não corrente				
Passivo corrente				
Fornecedores	16.9	1.106,66	3.123,15	
Estado e outros entes públicos	16.10	6.008,27	5.795,99	
Outras contas a pagar	16.11	46.128,74	48.960,73	
		53.243,67	57.879,87	
	Total do passivo	53.243,67	57.879,87	
	Total dos fundos patrimoniais e do passivo	1.823.892,08	1.740.632,05	



Nº 14420

Distribuição de gastos por centro de custo

Sede e serviços									
Sede e serviços centrais	111	58.210,67	149.349,19	9.422,35	720,49	217.702,70	196.866,35	20.836,35	10,58%
<i>Delegações</i>									
Porto	121	14.309,26	25.388,14	79,95	0,00	39.777,35	40.499,36	-722,01	-1,78%
Coimbra	122	7.027,43	25.280,80	2.793,77	0,00	35.102,00	35.406,20	-304,20	-0,86%
<i>Funcionamento dos Órgãos Nacionais</i>									
Assembleia Geral	21	22.996,15				22.996,15	12.051,14	10.945,01	90,82%
Conselho Nacional	22	7.423,02				7.423,02	19.652,66	-12.229,64	-62,23%
Direcção	23	6.718,13				6.718,13	18.969,79	-12.251,66	-64,59%
Comissão Fiscal e Discip.	24	61,31				61,31	1.074,47	-1.013,16	-94,29%
Congresso	25	0,00				0,00	13.113,84	-13.113,84	100,00%
<i>Informação e promoção</i>									
Revista	31	8.767,12			102,00	8.869,12	5.325,56	3.543,56	66,54%
Ser. Apoio	33	11.837,88				11.837,88	21.732,26	-9.894,38	-45,53%
<i>Apoio a sócios</i>									
Apoio jurídico	41	238.476,80			333,73	238.810,53	245.510,25	-6.699,72	-2,73%
Seguro de associados	42	41.747,86				41.747,86	43.823,52	-2.075,66	-4,74%
Apoio ind. A sócios-Greve	44								
<i>Iniciativas</i>									
Concentração/manifest.	555	0,00				0,00	0,00	0,00	100,00%
Forum	560	0,00				0,00		0,00	100,00%
Total		417.575,63	200.018,13	12.296,07	1.156,22	631.046,05	654.025,40	-22.979,35	-3,51%



CC Nº 14.420

Demonstração das alterações nos Fundos Patrimoniais

**Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais do período findo em 31-12-2020
(montantes em euros)**

**SINDICATO NACIONAL
DO ENSINO SUPERIOR**

DESCRÍÇÃO	NOTAS	Fundo de greve e solidariedade	Outras reserva	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Resultado líquido do período	Total dos fundos patrimoniais
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2020	6	442.279,52	1.043.878,45	156,75	162.434,51	34.002,95	1.682.752,18
ALTERAÇÕES NO PERÍODO	7	10.200,88	23.802,07	0		-34.002,95	0,00
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8					87.896,23	87.896,23
RESULTADO EXTENSIVO	9=7+8					-53.893,28	87.896,23
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO			0,00	0,00	0,00	0,00	0
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2020	10	452.480,40	1.067.680,52	156,75	162.434,51	87.896,23	1.770.648,41
6+7+8+10							

DESCRÍÇÃO	NOTAS	Fundo de greve e solidariedade	Outras reserva	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Resultado líquido do período	Total dos fundos patrimoniais
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2019	6	431.023,10	1.019.130,13	156,75	162.434,51	35.354,74	1.648.099,23
ALTERAÇÕES NO PERÍODO	7	10.606,42	24.748,32	0		-35.354,74	0,00
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8					34.002,95	34.002,95
RESULTADO EXTENSIVO	9=7+8					-1.351,79	34.002,95
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO		650,00	0,00	0,00	0,00	0,00	650,00
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2019	10	442.279,52	1.043.878,45	156,75	162.434,51	34.002,95	1.682.752,18
6+7+8+10							

CC N° 14.420

Anexo

1. Identificação da Entidade

O Sindicato Nacional do Ensino Superior é uma instituição sem fins lucrativos sob a forma de Associação de Docentes e Investigadores com estatutos publicados no Boletim do Trabalho e Emprego, 3ª Série, nº 24, de 30 de Dezembro de 1989, com sede na Av. 5 de Outubro, nº 104-4º, Lisboa.

Constituem objetivos do Sindicato:

- Defender e dignificar, em geral, o exercício da docência e da investigação científica;
- Defender, em particular, os interesses sócio profissionais dos docentes e investigadores do ensino superior independentemente da natureza do seu vínculo, da sua categoria profissional e do seu regime de prestação de serviço;
- Promover o estudo das questões relacionadas com a educação e investigação científica em geral, e com o ensino superior em particular;
- Fomentar a convivência intelectual e a solidariedade profissional entre docentes e investigadores das várias áreas científicas e das várias regiões do país e igualmente entre docentes e investigadores nacionais e estrangeiros.

2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2019 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos documentos e demais registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCFR-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei nº 36-A/2011 de 9 de Março. O Anexo II do referido Decreto refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por :

- Bases para a apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria nº 105/2011 de 14 de Março;
- Código de contas (CC) – Portaria nº 106/2011 de 14 de Março;
- NCRFR-ESNL – Aviso nº 6726-B/2011 de 14 de Março; e
- Normas Interpretativas (NI)

3. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1. Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF).

3.1.1. Continuidade

Com base na informação disponível e as expectativas futuras a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto, tão só, não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2. Regime do Acrédimo (periodização económica)

Os efeitos das transições e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram, ou seja nos momentos em que se recebe (vide extrato bancário) o rédito, satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, sendo no final do ano ajustado, no respeito pelo princípio da especialização de exercícios, acabando por isso por serem registados contabilisticamente e relatados nas Demonstrações Financeiras nos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas "Devedores por acréscimo de Rendimentos" , "Credores por Acrédimo de Gastos" e "Diferimentos".

3.1.3. Consistência da apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de 2020 para 2019, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.4. Materialidade e Agregação

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5. Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6. Informação comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando o Princípio da continuidade da Entidade as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito em toda a Entidade e aos longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação

3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1. Ativos Fixos Tangíveis (NCRF 7)

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidades acumuladas. O custo de aquisição inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem na forma pretendida.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com a manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

Vidas úteis e taxas de amortização usadas nos activos tangíveis

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	10
Equipamento administrativo	5

3.2.2. Ativos Intangíveis (NCRD 6)

Os “Ativos Fixos Intangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles adviem benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

As amortizações são calculadas assim que os ativos estejam em condições de serem utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

Vidas úteis e taxas de amortização usadas nos activos intangíveis

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Programas computacionais	3
Propriedade industrial-marcas	3

3.2.3. Ativo CorrenteAssociados/membros (Nota 16.2)

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de Associados/membros encontram-se com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade. Estão registados no ativo pela quantia realizável admitindo-se que são ainda recuperáveis quando a idade do saldo não vai além dos 3 meses seguintes à suspensão do pagamento do sócio.

Outras contas a receber (Nota 16.4)

As “Outras contas a receber” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “Perdas por Imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorridos que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados.

Outros ativos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas neste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiros, quando mensurados ao custo, menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Ativos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE).

Caixa e Depósitos Bancários (Nota 16.7)

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco de flutuações de valor, sendo evidente a queda significativa da saída taxa e juro para 0,6% ao ano, situação que acompanha a tendência do atual mercado financeiro para este tipo de aplicação.

3.2.4. Fundos Patrimoniais

Os fundos Patrimoniais são compostos conforme discriminação na nota 16.8.

3.2.5. Provisões

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advêm de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exílio que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data, nada havendo contudo a registar nesta rubrica.

Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes também não são reconhecidos nas Demonstrações Financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

3.2.6. Financiamentos Obtidos

Empréstimos obtidos

A Entidade não usufrui de Financiamentos.

3.2.7. Estado e Outros Entes Públicos

Nos termos do Artigo 55º do EBF, ficam isentas de IRC, exceto no que respeita a rendimentos comerciais, industriais ou agrícolas e de capitais:

- a) As pessoas coletivas públicas, de tipo associativo, criadas por lei para assegurar a disciplina e representação do exercício de profissões liberais;
- b) As confederações e associações patronais e sindicais.

Nos termos do nº 19 do Artº 9º do Código do IVA, estão isentas de IVA “As Prestações de Serviços e as Transmissões de Bens com elas conexas, efetuadas no interesse coletivo dos seus Associados por Organismos sem finalidade lucrativa, desde que esses Organismos prossigam objetivos de natureza sindical... e a única contraprestação seja uma quota fixada nos termos dos Estatutos”.

4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Não se verificaram efeitos resultantes de alteração voluntária das políticas contabilísticas.

5. Ativos fixos tangíveis

Bens do domínio público

A Entidade não usufrui de “Ativos Fixos Tangíveis” do domínio público.



Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2020 e de 2019, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro apoiado no mapa de depreciações.

	Saldo em 01/01/2020	Aquisições/Am ortizações	Regularizações	Revalorizações	Saldo em 31/12/2020
Custo					
Terrenos	236.625,00				236.625,00
Edifícios e outras construções	541.105,47				541.105,47
Equipamento básico	3.370,94				3.370,94
Equipamento administrativo	230.956,58				230.956,58
Outros activos fixos tangíveis	4.715,12				4.715,12
Total	1.016.773,11		0,00	0,00	1.016.773,11
Depreciações acumuladas					
Edifícios e outras construções	171.761,28	10.824,31			182.585,59
Equipamento básico	3.290,95	79,95			3.370,90
Equipamento administrativo	108.961,66	1.391,81			110.353,47
Outros activos fixos tangíveis	4.715,12				4.715,12
Total	288.729,01	12.296,07	0,00	0,00	301.025,08
Activos fixos tangíveis (Líquido)					715.748,03

Propriedades de investimento

A Entidade não detém de “ Propriedade de Investimento ”.

6. Ativos intangíveis

Bens do domínio público

A Entidade não usufrui de “ Ativos Fixos Intangíveis ” do domínio público.

Ativos Fixos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2020 e de 2019, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro apoiado no mapa de depreciações.

	Saldo em 01/01/2020	Aquisições/A mortizações	Regularizações	Revalorizações	Saldo em 31/12/2020
Custo					
Programas de computador	42.682,42				42.682,42
Propriedade industrial	8.579,76				8.579,76
Total	51.262,18	0,00	0,00	0,00	51.262,18
Depreciações acumuladas					
Programas de computador	42.682,75				42.682,75
Propriedade industrial	8.579,43				8.579,43
Total	51.262,18	0,00	0,00	0,00	51.262,18
Ativos fixos intangíveis (Líquido)					0,00

7. Locações

A Entidade não detém ativos adquiridos com recurso à locação financeira.

8. Custos de empréstimos obtidos

A Entidade não dispõe de quaisquer empréstimos obtidos.

9. Rérito

Para os períodos de 2019 e 2020 foram reconhecidos os seguintes réditos:

Descrição	2020	2019
Prestações de Serviços	705.589,67	699.530,97
Outros Rendimentos e Ganhos	226,69	4.014,77
Juros	13.125,92	2,50
Total	718.942,28	703.548,24

10. Passivos contingentes, ativos contingentes e imparidades

Passivos contingentes e Ativos contingentes

Nos períodos em análise de 2019 e 2020 não se registaram Passivos contingentes nem Ativos contingentes.


Imparidades

Perdas por imparidade	31-12-2020			31-12-2019		
	Aumentos	Reduções	Perdas	Aumentos	Reduções	Perdas
Associados/membros - quotas	17.282,21	17.282,21	0,00	17.304,81	13.296,03	0,00
Associados/membros - P. Lopes	26.252,67	26.252,67	0,00	26.252,67	26.252,67	0,00
Associados/membros - J. Peixe	0	0	0,00	141,22	4.150,00	0,00
Seguro Saude (Mod-II)	8.563,61	8.563,61	0,00	8.563,61	8.563,61	0,00
Totais	52.098,49	52.098,49	0,00	52.262,31	52.262,31	0,00

Reversões	31-12-2020			31-12-2019		
	Aumentos	Reduções	Perdas	Aumentos	Reduções	Perdas
Financ.s a associados/membros	-52,05	0,00	0,00	-163,82	0,00	0,00
Financ.s a associados/membros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Totais	-52,05	0,00	0,00	-163,82	0,00	0,00
Total Liquido	52.046,44	52.098,49	0,00	52.098,49	52.262,31	0,00

11. Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de Dezembro de 2020 bem como em 2019 a Entidade não tinha saldos nas rubricas de “Subsídios do Governo” e “Apoios do Governo”.

12. Efeitos de alterações em taxas de câmbio

Em 31 de Dezembro de 2020 e 2019 a Entidade não teve operações com taxas de câmbio.

13. Imposto sobre o rendimento

Não houve imposto contabilizado nos termos do código do IRC, por Associações Sindicais estarem isentas de imposto sobre o rendimento de pessoas coletivas.

14. Benefícios dos empregados

Os órgãos diretivos da Entidade não auferem qualquer remuneração.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31 de Dezembro de 2020 e 2019 foi de oito.

Os gastos que a entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2020	2019
Remuneração ao pessoal	164.132,10	144.122,88
Encargos sobre remunerações	34.647,90	30.424,82
Seguro de Acidentes	1896,46	1.690,28
Outros gastos	1.159,5	2.074,50
Total	201.835,96	178.312,48



15. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80 de 7 de Novembro.

Dando cumprimentos ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91 de 17 de Outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada a 31 de Dezembro de 2020 e, bem assim em 16/03/2021, conforme declaração emitida pela Segurança Social.

16. Outras informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

16.1. *Investimentos Financeiros*

Os ativos financeiros classificados como Ativo não Correntes, reportam-se às importâncias aplicadas, por disposições legais e obrigatórias a vigorar em Portugal desde 2015, no âmbito do Fundo de Compensação sobre o Trabalho. À data deste reporte estavam aplicados 244,73€.

16.2. *Associados/Membros*

A 31 de Dezembro de 2020 e 2019, a Entidade apresentava os seguintes saldos:

Reconciliação entre as quantias brutas e as quantias líquidas por classe de activos a perdas de imparidade	31-12-2020			31-12-2019		
	Quantias brutas	Perdas por imparidade acumuladas	Quantias líquidas	Quantias brutas	Perdas por imparidade acumuladas	Quantias líquidas
Activo						
Associados/membros - quotas últimos 3 meses	17.230,16	17.230,16	0,00	17.282,21	17.282,21	0,00
Associados/membros - Seg. Saúde (Mod II) 1997-2002	8.563,61	8.563,61	0,00	8.563,61	8.563,61	0,00
Financiam. Concedidos a associados/membros (Paulo Lopes e José Peixe)	26.252,67	26.252,67	0,00	26.252,67	26.252,67	0,00
Total	52.046,44	52.046,44	0,00	52.098,48	52.098,48	0,00

16.3. Clientes e Utentes

Nos períodos de 2020 e 2019, esta rubrica não regista saldos.

16.4. Outras contas a receber

A rubrica “Outras contas a receber” tinha, em 31 de Dezembro de 2020 e 31 de Dezembro de 2019 a seguinte composição:

Descrição	2020	2019
Adiantamentos ao pessoal	0,00	700,00
Devedores por acréscimo de rendimentos	2.533,15	2.533,15
Fornecedores	0,00	0,00
Credores por acréscimo de gastos	0,00	0,00
Outros devedores	3.125,20	2.419,26
Total	5.658,35	5.652,41

16.5. Diferimentos

A rubrica “Diferimentos” tinha, em 31 de Dezembro de 2020 e 31 de Dezembro de 2019 a seguinte composição:

Descrição	2020	2019
Gastos a reconhecer		
Aplicação gestão associados	0,00	0,00
Outros custos diferidos	26.142,89	905,00
Seguros	166,81	2.068,97
Total	26.309,70	2.973,97

16.6. Instrumentos Financeiros

Nos períodos de 2020 e 2019, esta rubrica não regista saldos

16.7. Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e Depósitos Bancários” à Ordem e a Prazo, em 31 de Dezembro de 2020 e 31 de Dezembro de 2019 a seguinte composição:

Descrição	2020	2019
Caixa	263,59	510,89
Depósitos à ordem	817.214,44	691.625,32
Depósitos a prazo	255.000,00	311.580,00
Total	1.072.478,03	1.003.716,21

16.8. Fundos patrimoniais

Descrição	Saldo em 01/01/2020	Aumentos/Reduções	Aplicação de resultados	Saldo em 31/12/2020
Fundos de greve e solidariedade	442.279,52		10.200,88	452.480,40
Outras reservas	1.043.878,45		23.802,07	1.067.680,52
Resultados transitados	156,75			156,75
Excedentes de revalorização	162.434,51			162.434,51
Resultado líquido	34.002,95	53.893,28		87.896,23
Total	1.682.752,18	53.893,28	34.002,95	1.770.648,41

Recursos passíveis de afectação		87.896,23
Para fundo de reserva - art.º 22 nº 5 alínea a)	70%	61.527,36
Para fundo de greve e solidariedade - art.º 22 nº 5 alínea b)	30%	26.368,87

16.9. Fornecedores

O saldo credor da rubrica de “ Fornecedores ” apresenta valores no ano de 2020 e o seu montante é de 1.106,66€.

16.10. Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “ Estado e Outros Entes Públicos ” está dividida da seguinte forma:

Descrição	2020	2019
Ativo		
Imposto sobre rendimento (retenções)	3.296,69	0,63
Total	3.296,69	0,63
Passivo		
Retenções Imp. Sobre Rendimento	2.277,15	2.632,75
Segurança Social	3.717,04	3.162,98
F.C.T. e F.G.C.T.	14,08	0,26
Total	6.008,27	5.795,99

16.11. Outras Contas a Pagar

A rubrica “Outras contas a pagar” desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2020	2019
Remunerações a pagar	0,00	0,00
Quotas sindicais	0,00	0,00
Fornecedores de investimentos	0,00	0,00
Credores por acréscimo de gastos	29.358,74	32.190,73
Outros credores	16.770,00	16.770,00
Total	46.128,74	46.960,73

16.12. Outros Passivos Financeiros

A Entidade não registou valores nesta rubrica.

16.13. Aumentos e redução por justo valor

A Entidade não registou valores nesta rubrica.

16.14. Fornecimentos e Serviços Externos

A rubrica de “Fornecimentos e Serviços Externos” está dividida da seguinte forma:

Descrição	2020	2019
Serviços especializados	300.509,36	292.007,94
Materiais	4.822,08	16.908,46
Energia e fluidos	4.131,92	5.054,24
Deslocações, estadas e transportes	19.501,51	66.500,27
Serviços diversos	86.792,93	95.863,03
Total	415.757,80	476.333,94

16.15. Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de “Outros rendimentos e ganhos” está dividida da seguinte forma:

Descrição	2020	2019
Outros rendimentos e ganhos em activos finan.	13.300,56	1.957,25
Correcções do exercício anterior	0,00	0,00
Ganhos em instrumentos financeiros	0,00	0,00
Total	13.300,56	1.957,25

16.16. Outros Gastos e perdas

A rubrica de “Outros Gastos e Perdas” está dividida da seguinte forma:

Descrição	2020	2019
Impostos	408,00	1.060,80
Gastos e perdas nos activos financeiros	0,00	0,00
Correcções de exercício anterior	444,60	387,03
Quotizações	0,00	0,00
Multas e penalidades	0,00	0,00
Insuficiência de estimativa de férias e sub. Férias	273,21	1.037,72
Juros de mora	27,73	99,25
Outros Não Especificados	2,68	17,79
Total	1.156,22	2.602,59

16.17. Acontecimentos após a data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras a 31 de Dezembro de 2020. Assim, após o encerramento do período, e até à elaboração do presente relatório não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Lisboa, 16 de Março de 2021

ANEXO

Balancete 2020

Balancete Centro Custos 2020

Balancete de centros de custo - Contabilidade geral

(Mês de Dezembro)

(Euros)

Código	CONTA Designação	VALORES MENSASIS		VALORES ACUMULADOS		SALDOS	
		Débitos	Créditos	Débitos	Créditos	Devedores	Credores
1	SEDE E SERVIÇOS	51.652,33	26.651,49	319.338,41	26.756,36	292.582,05	0,00
1.11	SEDE E SERVIÇOS	33.291,93	14.082,03	231.824,73	14.122,03	217.702,70	0,00
1.11.111	SERVIÇOS CENTRAIS	33.291,93	14.082,03	231.824,73	14.122,03	217.702,70	0,00
62	Fornecimentos e serviços externos	7.011,63		56.432,84	40,00	56.392,84	
622	Serviços especializados	4.645,04		28.453,12		28.453,12	
623	Materiais	148,83		2.029,17		2.029,17	
624	Energia e fluidos	481,58		2.983,98		2.983,98	
625	Deslocações, estadas e transportes	314,52		2.856,90	40,00	2.816,90	
626	Serviços diversos	1.421,66		20.109,67		20.109,67	
63	Gastos com o pessoal	25.222,05	14.082,03	165.249,05	14.082,03	151.167,02	
632	Remunerações do Pessoal	19.446,17	10.301,28	132.600,66	10.301,28	122.299,38	
635	Encargos sobre Remunerações	5.697,25	3.780,75	29.592,43	3.780,75	25.811,68	
636	Seguros de acidentes no trabalho e doenças	78,63		1.896,46		1.896,46	
638	Outros gastos com o pessoal			1.159,50		1.159,50	
64	Gastos de depreciação e de amortização	785,04		9.422,35		9.422,35	
642	Activos fixos tangíveis	785,04		9.422,35		9.422,35	
68	Outros gastos e perdas	273,21		720,49		720,49	
688	Outros	273,21		720,49		720,49	
1.12	DELEGAÇÕES	18.360,40	12.569,46	87.513,68	12.634,33	74.879,35	0,00
1.12.121	DELEGAÇÃO DO PORTO	9.587,14	6.284,73	46.126,95	6.349,60	39.777,35	0,00
62	Fornecimentos e serviços externos	1.457,53		14.374,13	64,87	14.309,26	
622	Serviços especializados	34,16		801,63		801,63	
623	Materiais			148,61		148,61	
624	Energia e fluidos	112,01		582,67	64,87	517,80	
625	Deslocações, estadas e transportes	233,24		571,99		571,99	
626	Serviços diversos	1.078,12		12.269,23		12.269,23	
63	Gastos com o pessoal	8.122,92	6.284,73	31.672,87	6.284,73	25.388,14	
632	Remunerações do Pessoal	7.138,05	5.617,64	26.577,45	5.617,64	20.959,81	
635	Encargos sobre Remunerações	984,87	667,09	5.095,42	667,09	4.428,33	
64	Gastos de depreciação e de amortização	6,69		79,95		79,95	
642	Activos fixos tangíveis	6,69		79,95		79,95	
1.12.122	DELEGAÇÃO DE COIMBRA	8.773,26	6.284,73	41.386,73	6.284,73	35.102,00	0,00
62	Fornecimentos e serviços externos	417,59		7.027,43		7.027,43	
622	Serviços especializados	35,96		2.680,12		2.680,12	
623	Materiais			163,90		163,90	
624	Energia e fluidos	99,78		630,14		630,14	
625	Deslocações, estadas e transportes	30,00		373,77		373,77	
626	Serviços diversos	251,85		3.179,50		3.179,50	
63	Gastos com o pessoal	8.122,92	6.284,73	31.565,53	6.284,73	25.280,80	
632	Remunerações do Pessoal	7.138,05	5.617,64	26.490,55	5.617,64	20.872,91	
635	Encargos sobre Remunerações	984,87	667,09	5.074,98	667,09	4.407,89	
64	Gastos de depreciação e de amortização	232,75		2.793,77		2.793,77	
642	Activos fixos tangíveis	232,75		2.793,77		2.793,77	
2	ORGÃO NACIONAIS	2.656,73	545,93	39.077,19	1.878,58	37.198,61	0,00
2.21	ASSEMBLEIA GERAL	2.398,09	545,93	23.542,08	545,93	22.996,15	0,00

Balancete de centros de custo - Contabilidade geral

(Mês de Dezembro)

(Euros)

Código	CONTA Designação	VALORES MENSais		VALORES ACUMULADOS		SALDOS	
		Débitos	Créditos	Débitos	Créditos	Devedores	Credores
2.21.210	ASSEMBLEIA GERAL	2.398,09	545,93	23.542,08	545,93	22.996,15	0,00
62	Fornecimentos e serviços externos	2.398,09	545,93	23.542,08	545,93	22.996,15	
622	Serviços especializados	3,32		14.201,34		14.201,34	
625	Deslocações, estadas e transportes	2.394,77	545,93	2.394,77	545,93	1.848,84	
626	Serviços diversos			6.945,97		6.945,97	
2.22	CONSELHO NACIONAL	0,00	0,00	8.497,12	1.074,10	7.423,02	0,00
2.22.220	CONSELHO NACIONAL	0,00	0,00	8.497,12	1.074,10	7.423,02	0,00
62	Fornecimentos e serviços externos			8.497,12	1.074,10	7.423,02	
622	Serviços especializados			6,64		6,64	
625	Deslocações, estadas e transportes			8.190,48	1.074,10	7.116,38	
626	Serviços diversos			300,00		300,00	
2.23	DIRECÇÃO	258,64	0,00	6.976,68	258,55	6.718,13	0,00
2.23.230	DIRECÇÃO	258,64	0,00	6.976,68	258,55	6.718,13	0,00
62	Fornecimentos e serviços externos	258,64		6.976,68	258,55	6.718,13	
622	Serviços especializados			5,81		5,81	
625	Deslocações, estadas e transportes	258,64		6.970,87	258,55	6.712,32	
2.24	COM.FISC.DISCiplina	0,00	0,00	61,31	0,00	61,31	0,00
2.24.240	COM.FISC.DISCiplina	0,00	0,00	61,31	0,00	61,31	0,00
62	Fornecimentos e serviços externos			61,31		61,31	
625	Deslocações, estadas e transportes			61,31		61,31	
3	COMUNICAÇÃO E IMAGEM	2.461,66	0,00	20.707,00	0,00	20.707,00	0,00
3.31	REVISTA	0,00	0,00	8.869,12	0,00	8.869,12	0,00
3.31.310	REVISTA	0,00	0,00	8.869,12	0,00	8.869,12	0,00
62	Fornecimentos e serviços externos			8.767,12		8.767,12	
622	Serviços especializados			5.859,72		5.859,72	
623	Materiais			2.480,40		2.480,40	
626	Serviços diversos			427,00		427,00	
68	Outros gastos e perdas			102,00		102,00	
681	Impostos			102,00		102,00	
3.33	SERVIÇO APOIO(IPSIS)	2.461,66	0,00	11.837,88	0,00	11.837,88	0,00
3.33.330	SERVIÇO APOIO(IPSIS)	2.461,66	0,00	11.837,88	0,00	11.837,88	0,00
62	Fornecimentos e serviços externos	2.461,66		11.837,88		11.837,88	
622	Serviços especializados	2.461,66		11.819,62		11.819,62	
626	Serviços diversos			18,26		18,26	
4	APOIO A SÓCIOS	13.922,97	0,00	283.026,58	2.468,19	280.558,39	0,00
4.41	APOIO JURIDICO	13.840,82	0,00	239.973,33	1.162,80	238.810,53	0,00
4.41.410	APOIO JURIDICO	13.840,82	0,00	239.973,33	1.162,80	238.810,53	0,00
62	Fornecimentos e serviços externos	13.840,82		239.639,60	1.162,80	238.476,80	
622	Serviços especializados	13.840,82		236.675,12		236.675,12	
626	Serviços diversos			2.964,48	1.162,80	1.801,68	
68	Outros gastos e perdas			306,00		306,00	
681	Impostos			306,00		306,00	
69	Gastos e perdas de financiamento			27,73		27,73	
691	Juros Suportados			27,73		27,73	
4.42	SEGURO SAUDE	82,15	0,00	43.053,25	1.305,39	41.747,86	0,00

Balancete de centros de custo - Contabilidade geral

(Mês de Dezembro)

(Euros)

Código	CONTABILIDADE	VALORES MENSASIS		VALORES ACUMULADOS		SALDOS	
		Débitos	Créditos	Débitos	Créditos	Devedores	Credores
4.42.420	SEGURO SAUDE	82,15	0,00	43.053,25	1.305,39	41.747,86	0,00
62	Fornecimentos e serviços externos	82,15		43.053,25	1.305,39	41.747,86	
622	Serviços especializados	6,24		6,24		6,24	
626	Serviços diversos	75,91		43.047,01	1.305,39	41.741,62	
TOTAL GERAL:		70.693,69	27.197,42	662.149,18	31.103,13	631.046,05	0,00

Balançete Analítico

Mês: Dezembro

(Euros)

Código	CONTA Designação	VALORES MENSAIS		VALORES ACUMULADOS		SALDOS	
		Débitos	Créditos	Débitos	Créditos	Devedores	Credores
11	Caixa	345,94	281,09	2.114,20	1.850,61	263,59	
111	Caixa-Sede	187,29	186,80	703,64	690,44	13,20	
112	Caixa - Delegação do Porto	158,65	84,00	1.133,44	1.017,44	116,00	
113	Caixa - Delegação de Coimbra		10,29	277,12	142,73	134,39	
12	Depósitos à ordem	81.965,94	70.048,13	1.721.912,92	904.698,48	817.214,44	
121	Banco CGD	49.122,26	48.084,59	748.185,86	577.273,22	170.912,64	
122	Novo Banco DO (58176817)		11,44	1.655,32	137,28	1.518,04	
123	Montepio Geral (c/1095-5)	8.467,38		346.828,06	250.141,94	96.686,12	
125	Santander 62025020	24.376,30	21.941,70	476.934,27	73.923,69	403.010,58	
128	C.G.D. - (Custas Judiciais) C/994530			481,51		481,51	
129	BEST-Conta empresa/TRUST (C/ 790009)		10,40	147.827,90	3.222,35	144.605,55	
13	Outros depósitos bancários			561.580,00	306.580,00	255.000,00	
131	Banco #1 - Depósito a prazo			5.000,00		5.000,00	
13101	Novo Banco-Neg. Tesouraria Premium 5			5.000,00		5.000,00	
134	Best Bank			56.580,00	56.580,00		
13401	Best Bank Prazo 000078380707			56.580,00	56.580,00		
135	Banco Montepio			500.000,00	250.000,00	250.000,00	
13501	Banco Montepio 786-15.003888-7			250.000,00	250.000,00		
13502	Banco Montepio 065-15.014804-0			250.000,00		250.000,00	
22	Fornecedores	13.353,59	14.460,25	223.464,50	224.571,16		1.106,66
221	Fornecedores c/c	13.353,59	14.460,25	223.464,50	224.571,16		1.106,66
2211	Fornecedores gerais	13.353,59	14.460,25	223.464,50	224.571,16		1.106,66
22111	Fornecedores Nacionais	13.353,59	14.460,25	222.564,50	223.671,16		1.106,66
221110401	Aguas de Coimbra 506566307	35,40	35,40	165,67	165,67		
221110403	Aguas do Porto 507718666	17,90	17,90	209,96	209,96		
221110450	Anjos, Martins & Associados 506269086	1.845,00	1.845,00	33.810,00	33.810,00		
221110451	Almeida D'Eça & Associados 513913530	2.767,50	2.767,50	33.948,00	33.948,00		
221111600	CHJ-Consumiveis embalagens Pap. Unip.			1.131,02	1.131,02		
221111620	CILDOC-Com.Equip.escritório, Lda 50726	127,97	127,97	1.292,44	1.292,44		
221111630	Cision Portugal, S.A. 501355383	492,00	984,00	5.904,00	6.396,00		492,00
221111637	Cofina Media Sa 502324937			109,90	109,90		
221111801	Dilufrio, Lda 503129305			227,56	227,56		
221111802	Duplix, Lda 503769436			13.687,91	13.687,91		
221112600	EDP-Comercial, S.A. 503504564	250,16	330,36	3.592,01	3.672,21		80,20
221112620	EPAL, S.A. 500906840		57,16	316,78	373,94		57,16
221112950	Extinrisco-Manut.Extintores, Lda 5031039			113,78	113,78		
221112951	Expotel, Lda 501516549			1.110,30	1.110,30		
221112955	Exitus, Lda 509117660			2.518,90	2.518,90		
221113352	Fotomecânica Molográfica, S.A. - 500118			452,64	452,64		
221113354	Fernando Gonçalves Carvalho, Lda			45,00	45,00		
221113699	Gráfica Maiadouro, S.A. 500438986			5.384,80	5.384,80		
221113700	Grenke Renting, S.A. 508259509			372,68	372,68		
221113701	Grácio & Filhos, Lda 503271624			72,57	72,57		
221113702	Grau Zero, Lda 500645973			276,75	276,75		
221113800	Hotel Ibis Porto São João 502033568			200,50	200,50		
221114301	Invisible Cloud, Lda 513796487	1.230,00	1.230,00	2.460,00	2.460,00		
221114302	Inv. Portugal Protecção, Lda 505691434	110,11	110,11	1.321,32	1.321,32		
221114303	Impresa Publishing 501984046			191,36	191,36		
221114600	Jet Cooler - Aguas e cafés, S.A. 50212789	75,46	75,46	685,31	685,31		
221115200	Linking Partners, Lda 508262020	1.845,00	1.845,00	33.948,00	33.948,00		
221115201	Linha de Código, Lda 508991560			492,00	492,00		
221115459	Maxicópia, Lda 503123919			75,42	75,42		


Balancete Analítico

Mês: Dezembro

(Euros)

Código	CONTA Designação	VALORES MENSAIS		VALORES ACUMULADOS		SALDOS	
		Débitos	Créditos	Débitos	Créditos	Devedores	Credores
221115500	Medilabor, Lda 500808023			999,50	999,50		
221115901	Neolimpe, Lda 501683593	438,20	438,20	5.132,00	5.132,00		
221115902	Notícias Direct, Lda 503994197			518,90	518,90		
221115903	Newsplex Sa 513766073			325,00	325,00		
221116302	TAP Portugal			344,55	344,55		
221116304	Publico Sa 502265094			879,30	879,30		
221116305	Palpitevolui, Sa			57,00	57,00		
221116900	Reproset, Lda 506448665			46,74	46,74		
221116952	Rui Manuel Vaz Pinto 198839740			49,20	49,20		
221116953	Ribeiro, Oliveira, Coutinho Assoc 5156793	1.845,00	1.845,00	28.413,00	28.413,00		
221117200	Servillimpe,S.A. 500246505		121,73	1.365,63	1.487,36		121,73
221117205	Seculo Disponivel At.Turísticas, Sa 514091			64,13	64,13		
221117206	Structure Value 509049060			307,50	307,50		
221117501	Turim Iberia - Imobimacu, S.A. 5027708	349,00	349,00	596,00	596,00		
221117504	Trust in News Lda 514674520			135,00	135,00		
221118000	Veiga & Moura & Associados 508240638			16.605,00	16.605,00		
221118002	Top Atlântico, S.A. 500269220	679,93	679,93	2.035,03	2.035,03		
221118010	Vodafone, S.A. 502544180	354,87	710,44	4.121,46	4.477,03		355,57
221118013	Veiga Moura Soc.Unipessoal, Lda 515562			15.360,00	15.360,00		
221118300	Worten, S.A. 503630330	78,29	78,29	281,18	281,18		
221118301	Winning Faster Unip, Lda 513878840	811,80	811,80	811,80	811,80		
22112	Fornecedores - Mercado Intracomunitário			900,00	900,00		
221125301	Microsoft Azure			900,00	900,00		
23	Pessoal	9.316,60	9.366,60	128.157,69	128.157,69		
231	Remunerações a pagar	9.316,60	9.316,60	127.457,69	127.457,69		
2312	Ao pessoal	9.316,60	9.316,60	127.457,69	127.457,69		
232	Adiantamentos		50,00	700,00	700,00		
2322	Ao pessoal		50,00	700,00	700,00		
24	Estado e Outros Entes Públicos	12.244,59	7.212,33	96.304,33	99.015,91		2.711,58
241	Imposto Sobre o Rendimento			3.297,32	0,63	3.296,69	
2412	Retenção na fonte			3.297,32	0,63	3.296,69	
242	Retenção de impostos sobre rendimentos	4.855,50	3.481,00	41.778,10	44.055,25		2.277,15
2421	Trabalho Dependente	3.128,00	1.976,00	21.568,00	23.544,00		1.976,00
2422	Rend. Profissionais	1.500,00	1.050,00	17.250,00	17.550,00		300,00
24221	Rend. Profissionais-Residentes	1.500,00	1.050,00	17.250,00	17.550,00		300,00
2424	Prediais	227,50	455,00	2.960,10	2.961,25		1,15
24242	Prediais - Rend. Col.	227,50	455,00	2.960,10	2.961,25		1,15
245	Contribuições para a Segurança Social	7.374,79	3.717,03	51.073,52	54.790,56		3.717,04
247	F.C.T. - F.G.C.T.	14,30	14,30	155,39	169,47		14,08
26	Accionistas/sócios			52.150,54	52.150,54		
267	Quotas em atraso (últimos 3 meses)			17.282,21	52,05	17.230,16	
2671	Membros (quotas em atraso últimos 3 m			17.282,21	52,05	17.230,16	
268	Outras operações			34.816,28		34.816,28	
2682	Não Corrente			34.816,28		34.816,28	
26821	Adiantamentos a associados c/reposição			34.816,28		34.816,28	
2682101	Seguro de Saúde (MODII)-Ano 1997			318,73		318,73	
2682102	Seguro de Saúde (MODII)-Ano 1998			876,89		876,89	
2682103	Seguro de Saúde (MODII)-Ano 1999			2.015,69		2.015,69	
2682104	Seguro de Saúde (MODII)-Ano 2000			1.528,82		1.528,82	

Balançete Analítico

Mês: Dezembro

(Euros)

Código	CONTA Designação	VALORES MENSAIS		VALORES ACUMULADOS		SALDOS	
		Débitos	Créditos	Débitos	Créditos	Devedores	Credores
2682105	Seguro de Saúde (MODII)-Ano 2001			2.703,64		2.703,64	
2682106	Seguro de Saúde (MODII)-Ano 2002			1.119,84		1.119,84	
2682107	Paulo Jorge Lopes			26.252,67		26.252,67	
269	Perdas por imparidade acumuladas			52,05	52.098,49		52.046,44
2695	Outras operações			52,05	52.098,49		52.046,44
26952	Outras operações - Não Corrente			52,05	52.098,49		52.046,44
269521	Fundadores/Associados e Membros			52,05	17.282,21		17.230,16
269522	Seguro de Saúde - Modulo II				8.563,61		8.563,61
269524	Paulo Jorge Santos Lopes				26.252,67		26.252,67
27	Outras contas a receber e a pagar	34.244,28	37.224,74	132.005,14	172.475,53		40.470,39
272	Devedores e credores por acréscimos	26.378,28	29.358,74	34.723,88	61.549,47		26.825,59
2721	Devedores por acréscimos de rendimento			2.533,15		2.533,15	
27211	Juros a Receber			2.533,15		2.533,15	
272111	Juros decorridos (Obrigações BES 5%-20)			2.533,15		2.533,15	
2722	Credores por acréscimos de gastos	26.378,28	29.358,74	32.190,73	61.549,47		29.358,74
27222	Remunerações a Liquidar	26.378,28	26.973,56	26.378,28	53.351,84		26.973,56
27229	Outros Acréscimos Custos			2.385,18	5.812,45	8.197,63	2.385,18
272291700	Comunicação			261,80	259,54	521,34	261,80
272292000	Deslocações e estadias			358,67	2.005,62	2.364,29	358,67
272292001	Diversos			1.526,07	3.513,80	5.039,87	1.526,07
272292600	Electricidade			238,64	33,49	272,13	238,64
278	Outros devedores e credores	7.866,00	7.866,00	97.281,26	110.926,06		13.644,80
2781	Corrente	7.866,00	7.866,00	97.281,26	94.156,06	3.125,20	
27812	Consult., Acessórios e Intermed	615,00	615,00	7.380,00	7.380,00		
27812001	Balanço Total	615,00	615,00	7.380,00	7.380,00		
27818	Devedores e Credores Diversos	7.251,00	7.251,00	89.901,26	86.776,06	3.125,20	
278180601	Beatriz Domingos Arnaut 212459732			1.476,00	1.476,00		
278181501	Celeste Dias Cardoso 131046667	1.470,00	1.470,00	27.342,00	27.048,00	294,00	
278181550	CTT - Contrato Preactivo 500077568			10.335,26	7.624,06	2.711,20	
278181551	Cartao Credito Business Advance			800,00	800,00		
278183000	Francisco Daniel Franco Lopes 26130023			1.476,00	1.476,00		
278183701	Guilherme Ribeiro de Almeida 234977507			4.510,00	4.410,00	100,00	
278183702	Gonçalo Velho			20,00		20,00	
278184551	José António Covas 127056785	1.470,00	1.470,00	27.048,00	27.048,00		
278185401	Mariana Leão Moreira da Cunha 2309746	1.476,00	1.476,00	6.180,00	6.180,00		
278186300	Paulo Jorge Teixeira Veiga e Moura	1.470,00	1.470,00	1.470,00	1.470,00		
278186800	Renopolis 510913164			1.076,50	1.076,50		
278187200	Silconstroi (Senhorio Sede Porto) 50414	1.365,00	1.365,00	8.167,50	8.167,50		
2782	Não corrente				16.770,00		16.770,00
27821	Reg. BEST de Anos anteriores				16.770,00		16.770,00
28	Diferimentos	26.057,19		29.283,67	2.973,97	26.309,70	
281	Gastos a reconhecer	26.057,19		29.283,67	2.973,97	26.309,70	
2811	Seguros	20.884,06		23.119,84	2.068,97	21.050,87	
2819	Outros Custos Diferidos	5.173,13		6.163,83	905,00	5.258,83	
281904	Silconstroi	910,00		1.815,00	905,00	910,00	
281909	Outros Custos Diferidos	4.263,13		4.348,83		4.348,83	
41	Investimentos Financeiros	13,23		401,28		401,28	
414	Investimentos noutras empresas	13,23		401,28		401,28	
4148	Fundos - F.C.T.	13,23		401,28		401,28	

Balançete Analítico

Mês: Dezembro

(Euros)

Código	CONTA Designação	VALORES MENSAIS		VALORES ACUMULADOS		SALDOS	
		Débitos	Créditos	Débitos	Créditos	Devedores	Credores
43	Activos fixos tangíveis		1.024,48	1.016.773,11	301.025,08	715.748,03	
433	Equipamento básico/Instalações			781.101,41		781.101,41	
4331	Equipamento Básico			239.995,94		239.995,94	
43311	Equip.Básico c/IVA Dedutível			236.625,00		236.625,00	
43312	Equip.Básico c/IVA n/Dedutív.			3.370,94		3.370,94	
433121	Equipamento básico - Mercado nacional			3.370,94		3.370,94	
4332	Instalações			541.105,47		541.105,47	
43321	Instalações c/IVA Dedutível			541.105,47		541.105,47	
435	Equipamento administrativo			230.956,58		230.956,58	
4353	Equipamento Administrativo			230.956,58		230.956,58	
43532	Equip.Admin.c/IVA n/Dedutível			230.956,58		230.956,58	
437	Outros activos fixos tangíveis			4.715,12		4.715,12	
4379	Outros Ativos Fixos Tangíveis			4.715,12		4.715,12	
43792	Out. Ativos Fixos Tangíveis.c/IVA n/Dedut			4.715,12		4.715,12	
438	Depreciações acumuladas		1.024,48		301.025,08		301.025,08
4382	Edifícios e outras construções		901,76		182.585,59		182.585,59
4383	Equipamento básico		6,69		3.370,90		3.370,90
43831	Deprec.Equipamento Básico		6,69		3.370,90		3.370,90
4385	Equipamentos administrativos		116,03		110.353,47		110.353,47
43855	Deprec.Equip.Administrativo		116,03		110.353,47		110.353,47
4387	Outros activos fixos tangíveis				4.715,12		4.715,12
43879	Deprec.Out.Imobil.Corpóreas				4.715,12		4.715,12
44	Activos fixos intangíveis			51.262,18	51.262,18		
442	Projectos de desenvolvimento			51.262,18		51.262,18	
4423	Desp.Invest.Outras (REI/REPR)			42.682,42		42.682,42	
44231	Programas de computador - Mercado nac			42.682,42		42.682,42	
4424	Propriedade industrial			8.579,76		8.579,76	
44241	Propriedade industrial - Mercado nacional			8.579,76		8.579,76	
448	Amortizações acumuladas				51.262,18		51.262,18
4483	Programas de computador				42.682,42		42.682,42
4484	Propriedade industrial				8.579,76		8.579,76
55	Reservas				1.520.160,92		1.520.160,92
552	Outras reservas				1.520.160,92		1.520.160,92
5522	Reservas Estatutárias				452.480,40		452.480,40
55221	Fundo de greve e solidariedade				452.480,40		452.480,40
5529	Fundo de reserva				1.067.680,52		1.067.680,52
56	Resultados Transitados				156,75		156,75
561	De Exercícios Anteriores				156,75		156,75
58	Excedent.revaloriz.activos fixos tangív. e				162.434,51		162.434,51
581	Reavaliações decorrentes de diplomas le				162.434,51		162.434,51
5811	Antes de imposto sobre o rendimento				66.232,07		66.232,07
5812	Impostos diferidos				96.202,44		96.202,44
62	Fornecimentos e serviços externos	27.928,11	545,93	420.209,44	4.451,64	415.757,80	
622	Serviços especializados	21.027,20		300.509,36		300.509,36	
6221	Trabalhos especializados	20.831,32		268.833,28		268.833,28	

Balançete Analítico

Mês: Dezembro

(Euros)

Código	CONTA Designação	VALORES MENSAIS		VALORES ACUMULADOS		SALDOS	
		Débitos	Créditos	Débitos	Créditos	Devedores	Credores
62212	Trab.Especial.c/IVA n/Dedutív.	18.954,30		263.647,09		263.647,09	
622121	Assessoria Mediática/Monitorização Impr	984,00		5.904,00		5.904,00	
622122	Honorários Advocacia	11.992,50		208.947,00		208.947,00	
622123	Consultadoria	1.845,00		28.413,00		28.413,00	
622124	Contabilidade	615,00		7.380,00		7.380,00	
622126	Informática	2.041,80		3.765,79		3.765,79	
622129	Outros	1.476,00		9.237,30		9.237,30	
62218	Trab.Especial MC C/Iva Ded	1.139,72		3.090,63		3.090,63	
62219	Trab.Especial.ME	737,30		2.095,56		2.095,56	
6222	Publicidade e propaganda			17.096,61		17.096,61	
62222	Public.Prop.c/IVA n/Dedutível			17.096,61		17.096,61	
6223	Vigilância e segurança	110,11		1.507,67		1.507,67	
62232	Vigilânc.Segur.c/IVA n/Deduti.	110,11		1.507,67		1.507,67	
6226	Conservação e reparação			12.222,00		12.222,00	
62262	Conserv.Rep.Equip.Bas.Instal.			276,75		276,75	
622622	Cons.Rep.Eq.Bas.c/IVA n/Dedut.			276,75		276,75	
62269	Conserv.Reparação Outros			11.945,25		11.945,25	
622692	Outr.Cons.Rep.c/IVA n/Dedutív.			11.945,25		11.945,25	
6227	Serviços Bancários	85,77		849,80		849,80	
623	Materiais	148,83		4.822,08		4.822,08	
6231	Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	148,83		1.037,14		1.037,14	
62312	Ferr.Utens.D.Ráp.c/IVA n/Dedut.	148,83		1.037,14		1.037,14	
6233	Material de Escritório			3.784,94		3.784,94	
62332	Mat.Escrit.c/IVA n/Dedutível			3.784,94		3.784,94	
624	Energia e fluidos	693,37		4.196,79	64,87	4.131,92	
6241	Electricidade	569,00		3.473,23	64,87	3.408,36	
62412	Electric. c/IVA n/Dedutível	569,00		3.473,23	64,87	3.408,36	
6243	Água	124,37		723,56		723,56	
62432	Água c/IVA n/Dedutível	124,37		723,56		723,56	
625	Deslocações, estadas e transportes	3.231,17	545,93	21.420,09	1.918,58	19.501,51	
6251	Deslocações e estadas	2.961,17	545,93	18.180,09	1.918,58	16.261,51	
62511	Deslocações Estadia do Pessoal	2.961,17	545,93	18.180,09	1.918,58	16.261,51	
625111	Deslocação Estadia Pessoal	2.507,65	545,93	15.034,45	1.918,58	13.115,87	
625112	Despesas de Alimentação	104,52		662,79		662,79	
625113	Despesas de Alojamento	349,00		2.455,00		2.455,00	
625114	Despesas Transporte Eventuais			27,85		27,85	
6252	Transportes de pessoal	270,00		3.240,00		3.240,00	
62521	Passes c/IVA n/Dedutível	270,00		3.240,00		3.240,00	
626	Serviços diversos	2.827,54		89.261,12	2.468,19	86.792,93	
6261	Rendas e alugueres	910,00		11.557,68		11.557,68	
62611	Rendas e Alugueres	910,00		10.885,00		10.885,00	
626112	Rendas e Alugueres c/IVA n/Dedutível	910,00		10.885,00		10.885,00	
62612	Aluguer Espaço c/IVA n/ Ded.			300,00		300,00	
62614	Aluguer Equipamento			372,68		372,68	
626142	Alug.Equipam.c/IVA n/ Dedutível			372,68		372,68	
6262	Comunicação	994,27		12.287,90		12.287,90	

Balancete Analítico

Mês: Dezembro

(Euros)

Código	Designação	VALORES MENSAIS		VALORES ACUMULADOS		SALDOS	
		Débitos	Créditos	Débitos	Créditos	Devedores	Credores
62621	Correio	22,03		8.079,88		8.079,88	
626212	Correio c/IVA n/Dedutível	22,03		8.079,88		8.079,88	
62622	Telefones	972,24		4.208,02		4.208,02	
626222	Telefones c/IVA n/Dedutível	972,24		4.208,02		4.208,02	
6263	Seguros	75,91		47.572,18	1.305,39	46.266,79	
626314	Seguro Saude	75,91		45.467,26	1.305,39	44.161,87	
626399	Seguro-Outros			2.104,92		2.104,92	
6265	Contencioso e Notariado			3.063,18	1.162,80	1.900,38	
6267	Limpeza, higiene e conforto	719,39		9.205,03		9.205,03	
62672	Limp.Hig.Conf.c/IVA n/Dedutív.	719,39		9.205,03		9.205,03	
6268	Outros serviços	127,97		5.575,15		5.575,15	
626808	Outros Serviços	127,97		5.571,55		5.571,55	
6268082	Out.Serviços c/IVA n/Dedutível	127,97		4.400,51		4.400,51	
6268083	Out.Serviços Outros (REI)			1.171,04		1.171,04	
626809	Outros Fornecimentos			3,60		3,60	
6268092	Out.Fornecim.c/IVA n/Dedutível			3,60		3,60	
63	Gastos com o pessoal	41.467,89	26.651,49	228.487,45	26.651,49	201.835,96	
632	Remunerações do Pessoal	33.722,27	21.536,56	185.668,66	21.536,56	164.132,10	
6321	Remunerações Escritório	33.722,27	21.536,56	185.668,66	21.536,56	164.132,10	
63211	Ordenados Administrativos	21.895,86	10.768,28	142.381,98	10.768,28	131.613,70	
63214	Subsídio de Férias	10.898,41	10.768,28	21.666,69	10.768,28	10.898,41	
63215	Subsídio de Natal			10.878,39		10.878,39	
63217	Subsídio de Alimentação	928,00		10.741,60		10.741,60	
635	Encargos sobre Remunerações	7.666,99	5.114,93	39.762,83	5.114,93	34.647,90	
6351	Encargos Administrativos	7.665,92	5.114,93	39.750,17	5.114,93	34.635,24	
6356	F.G.C.T.	1,07		12,66		12,66	
636	Seguros de acidentes no trabalho e doen	78,63		1.896,46		1.896,46	
6361	Seg.Acid.Administrativos	78,63		1.896,46		1.896,46	
638	Outros gastos com o pessoal			1.159,50		1.159,50	
6381	Saude Higiene e Segurança no Trabalho			1.159,50		1.159,50	
64	Gastos de depreciação e de amortização	1.024,48		12.296,07		12.296,07	
642	Activos fixos tangíveis	1.024,48		12.296,07		12.296,07	
6422	Amort.Edif.e Out.Construções	901,76		10.824,31		10.824,31	
6423	Amort.Equipamento Básico	6,69		79,95		79,95	
64231	Amort.Equipamento Básico	6,69		79,95		79,95	
6426	Amort.Equip.Administrativo	116,03		1.391,81		1.391,81	
64261	Amort.Mobiliário	116,03		1.391,81		1.391,81	
68	Outros gastos e perdas	273,21		1.128,49		1.128,49	
681	Impostos			408,00		408,00	
6813	Taxas			408,00		408,00	
688	Outros	273,21		720,49		720,49	
6881	Correcções relativas a períodos anterior			444,60		444,60	
6888	Outros não especificados	273,21		275,89		275,89	
68885	Outros não Especificados			2,68		2,68	
68887	Ins.Estimativa Férias e Sub-Férias	273,21		273,21		273,21	

Balancete Analítico

Mês: Dezembro

(Euros)

Código	Descrição	VALORES MENSASIS		VALORES ACUMULADOS		SALDOS	
		Débitos	Créditos	Débitos	Créditos	Devedores	Credores
69	Gastos e perdas de financiamento			27,73		27,73	
691	Juros Suportados			27,73		27,73	
6915	Juros Mora e Compensatórios			27,73		27,73	
72	Prestações de serviços	5.650,90	87.070,91	5.761,06	711.350,73		705.589,67
721	Serviço A	5.650,90	87.070,91	5.761,06	711.350,73		705.589,67
7211	Prest.Serviço A-Tx.Red.	5.650,90	87.070,91	5.761,06	711.350,73		705.589,67
721101	Escolas do Distrito de Lisboa		25.677,18		209.733,52		209.733,52
721102	Escolas do Distrito do Porto		9.279,13		88.376,24		88.376,24
721103	Escolas do Distrito de Coimbra		6.204,58		62.465,08		62.465,08
721104	Escolas do Distrito de Aveiro		3.439,19		21.565,69		21.565,69
721105	Escolas do Distrito do Algarve		4.116,80		25.349,79		25.349,79
721106	Escolas do Distrito de Setúbal		1.700,70		13.655,45		13.655,45
721107	Escolas do Distrito de Beja		1.034,56		11.363,35		11.363,35
721108	Escolas do Distrito de Castelo Branco		719,49		8.642,91		8.642,91
721109	Escolas do Distrito de Bragança				12.272,75		12.272,75
721110	Escolas do Distrito de Portalegre		854,48		5.626,08		5.626,08
721111	Escolas do Distrito de Santarém		1.441,33		14.662,32		14.662,32
721112	Escolas do Distrito de Leiria		1.370,21		15.607,30		15.607,30
721113	Escolas do Distrito da Guarda		1.822,84		11.657,13		11.657,13
721114	Escolas do Distrito de Viana do Castelo		805,08		31.629,27		31.629,27
721115	Escolas do Distrito de Viseu		351,42		4.139,56		4.139,56
721116	Escolas do Distrito de Vila Real		2.141,72		25.760,68		25.760,68
721117	Escolas do Distrito de Braga		7.061,20		19.380,58		19.380,58
721118	Escolas do Distrito da Covilhã		772,45		8.749,53		8.749,53
721119	Escolas do Distrito de Évora		1.575,60		20.378,53		20.378,53
721120	Escolas do Distrito dos Açores		2.312,26		21.333,93		21.333,93
721121	Escolas do Distrito da Madeira		1.801,51		10.025,90		10.025,90
721122	Novos Sócios - Apoio Jurídico		5.489,20		5.489,20		5.489,20
721123	Sócios Individuais - Quotas	5.462,86	3.858,02	5.573,02	43.283,52		37.710,50
721124	Sócios Individuais-Quotas Seg. de Saúde		161,70		161,70		161,70
721199	Quotas não Identificadas em 2020	188,04	3.080,26	188,04	20.040,72		19.852,68
76	Reversões				52,05		52,05
762	De perdas por imparidade				52,05		52,05
7621	Em dívidas a receber				52,05		52,05
76212	Outros devedores				52,05		52,05
78	Outros rendimentos e ganhos				174,64		174,64
788	Outros				174,64		174,64
7881	Correcções relativas a períodos anteriores				174,62		174,62
7888	Outros não especificados				0,02		0,02
78884	Outros não Especificados				0,02		0,02
79	Juros, dividendos e outros rendimentos s				13.125,92		13.125,92
791	Juros Obtidos				13.125,92		13.125,92
7911	De depósitos				13.125,92		13.125,92
81	Resultado líquido do período			34.002,95	34.002,95		
818	Resultado líquido			34.002,95	34.002,95		
Total geral:		253.885,95	253.885,95	4.717.322,75	4.717.322,75	2.445.983,09	2.445.983,09